

Cortes no SUS atingem internações

Saúde
ELIANA LUCENA

BRASÍLIA – O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Barjas Negri, afirmou, ontem, que faltarão recursos em dezembro para o Sistema Único de Saúde (SUS) pagar parte das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) e atendimento ambulatorial aos hospitais conveniados. Segundo o secretário, em outubro e novembro, será possível contornar, “com dificuldades”, o impacto do corte de R\$ 861 milhões imposto pelo governo à área de saúde.

Quando o governo anunciou a redução dos gastos pelos ministérios, no

mês passado, o secretário e o ministro da Saúde, José Serra, alertaram para os reflexos da medida nos programas em andamento. Com o mal-estar causado pelas declarações no Palácio do Planalto, Serra decidiu não falar mais sobre o assunto. Ontem, Barjas Negri, além de prever a falta de recursos no fim do ano, adiantou que obras de infra-estrutura previstas pelo SUS, como a construção de coletores de esgoto e de postos de saúde, deverão ser adiadas para 99.

Barjas Negri garantiu que nenhum programa básico de saúde, como a compra de medicamentos, será atingido pelo corte. “Os recursos para estes

programas já haviam sido empenhados”, afirmou o secretário, citando o caso do programa de combate à dengue e a compra de vacinas, insulina e de hemoderivados.

Ontem o Conselho Nacional de Saúde (CNS) divulgou uma nota, criticando o corte de 20% no orçamento do Ministério da Saúde neste ano. Na nota, o conselho reforça que 80% da população do país depende do Sistema Único de Saúde (SUS) e exige a reavaliação do corte “sob o critério de proteção social essencial da população”.

Raspadinha – Dentro de seis meses as embalagens de medicamentos passarão a contar com uma parte meta-

lizada, que funcionará como as “raspadinhas” lotéricas, para combater falsificações. Outra medida que se tornará obrigatória, dentro de um ano, estabelece o uso de lacres em embalagens e produtos.

A “raspadinha” nos remédios será um código de barra, que quando raspado com a unha, indicará o selo de qualidade da indústria. Segundo o ministro José Serra, tanto o lacre e o código não irão influir no preço final dos remédios. “Tem bandido para tudo. Por isso vamos dar mais trabalho para eles.” O aumento abusivo dos remédios, adiantou o ministro, será o próximo ponto a ser atacado por seu ministério.